



RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO

RELAÇÃO DA EFICIÊNCIA RELATIVA DOS GASTOS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL COM OS INDICADORES SOCIAIS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

IGOR BARROSO STEINDORFER / DENISE MARIA MOREIRA CHAGAS CORRÊA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E
CONTABILIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E
CONTROLADORIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO E CONTROLADORIA

IGOR BARROSO STEINDORFER

Produto Técnico resultado da pesquisa
RELAÇÃO DA EFICIÊNCIA RELATIVA DOS GASTOS COM ASSISTÊNCIA
SOCIAL COM OS INDICADORES SOCIAIS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS NO
CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

FORTALEZA
2024

IGOR BARROSO STEINDORFER

**RELAÇÃO DA EFICIÊNCIA RELATIVA DOS GASTOS COM ASSISTÊNCIA
SOCIAL COM OS INDICADORES SOCIAIS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS NO
CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19**

Produto Técnico resultante do Trabalho de Conclusão de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da Universidade Federal do Ceará, como produção técnica da área de concentração de Gestão Organizacional.

Linha de Pesquisa: Contabilidade Controladoria e Finanças

Orientador: Prof. Dr Denise Maria Moreira Chagas Corrêa

FORTALEZA
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S85r Stendorfer, Igor Barroso.
Relação da eficiência relativa dos gastos com assistência social com os indicadores sociais das capitais brasileiras no contexto da pandemia da Covid-19. / Igor Barroso Stendorfer. – 2024.
22 f.
- Relatório Técnico Conclusivo – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, Fortaleza, 2024.
Orientação: Profa. Dra. Denise Maria Moreira Chagas Corrêa
- ISBN: 978-85-7485-531-8
1. Contabilidade. 2. Controladoria. 3. Finanças. I. Título.

CDD 658.31

Título: Relação da eficiência relativa dos gastos com assistência social com os indicadores sociais das capitais brasileiras no contexto da pandemia da covid-19 [Relatório Técnico Conclusivo]

Autores: Igor Barroso Stendorfer e Prof. Dr Denise Maria Moreira Chagas Corrêa
Coordenação do Programa de Pós-Graduação: Alessandra Carvalho de Vasconcelos,
Coordenador(a) do PPAC Profissional; Augusto César de Aquino Cabral, Vice-coordenador(a)
do PPAC Profissional
Editor: Universidade Federal do Ceará (UFC)

Edição Eletrônica: maio de 2024

ISBN: 978-85-7485-531-8

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade (FEAAC)

Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria – PPAC Profissional

Av. da Universidade, 2431, Benfica, CEP 60020-180, Fortaleza-CE

Telefone: (85) 3366-7816

Endereço eletrônico: <https://ppacprof.ufc.br>

Resultado da pesquisa RELAÇÃO DA EFICIÊNCIA RELATIVA DOS GASTOS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL COM OS INDICADORES SOCIAIS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

Turma: MPAC / FSINTAF

Instituição Contratante: Fundação SINTAF de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, Científico e Cultural (FSINTAF).

Prezado Sr.(a) “Presidente/Superintendente/Diretor(a) da Instituição Contratante”,

Apresentamos a seguir um Relatório Técnico referente à pesquisa realizada por **Igor Barroso Steindorfer**, sob a orientação do Prof.(a) Dr.(a) Denise Maria Moreira Chagas Corrêa, no período de “2022 a 2024”, no âmbito do Mestrado Profissional em Administração e Controladoria da Universidade Federal do Ceará.

Estamos certos de que este trabalho constitui um relevante instrumento para melhorias das ações empreendidas pelo(a) Fundação SINTAF de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, Científico e Cultural (FSINTAF).

Atenciosamente,

Igor Barroso Steindorfer, Me. em Administração e Controladoria (UFC)

Denise Maria Moreira Chagas Corrêa, Dr (a). Educação (UFC)

DETALHAMENTO DO RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO

Correspondência com os novos subtipos-produtos técnicos/tecnológicos:

- Relatório técnico conclusivo – Processos de gestão elaborado

Finalidade:

Analisar as relações entre a eficiência relativa dos gastos referentes aos recursos provenientes do FNAS e os indicadores sociais das capitais brasileiras

Impacto – Nível:

- Médio

Impacto – Demanda:

- Espontânea

Impacto – Objetivo da Pesquisa:

- Solução de um problema previamente identificado

Impacto - Área impactada pela produção:

- Econômico

Impacto – Tipo:

- Potencial

Descrição do tipo de Impacto:

Disseminação de práticas que potencializem a gestão organizacional.

Replicabilidade:

- Sim

Abrangência Territorial:

- Nacional

Complexidade

- Média

Inovação:

- Baixo teor inovativo

Setor da sociedade beneficiado pelo impacto:

- Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas

Declaração de vínculo do produto com PDI da Instituição:

- Não

Houve fomento?

- Cooperação

Há registro/depósito de propriedade intelectual?

- Não

Há transferência de tecnologia/conhecimento?

- Não

ISBN: 978-85-7485-531-8

1. APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Este Produto Técnico é parte integrante do Trabalho de Conclusão do Mestrado Profissional em Administração e Controladoria, e tem como objetivo geral analisar as relações entre a eficiência relativa dos gastos referentes aos recursos provenientes do FNAS e os indicadores sociais das capitais brasileiras. E como objetivos específicos: i) Analisar a eficiência dos gastos referente aos recursos provenientes do FNAS das capitais brasileiras nos períodos pré, durante e após a pandemia; ii) analisar a eficiência relativa dos gastos referentes aos recursos provenientes do FNAS das capitais brasileiras por região geográfica.

Quanto à abordagem do problema, o trabalho se utilizou de um enfoque quantitativo e buscou avaliar a eficiência dos gastos referente aos recursos provenientes do FNAS das 26 capitais brasileiras, durante os anos de 2019, considerado pré pandêmico, 2020 e 2021, sendo considerados como pandêmico e 2022, apresentado como período pós pandêmico.

2. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente trabalho apresenta as medidas de tendências central e de dispersão, a saber, os valores mínimos, valores máximos, médias, medianas, desvios-padrões e coeficientes de variação de todos os fatores inputs e outputs das 26 DMU's contempladas neste estudo, conforme dados demonstrados na Tabela 1.

Tabela 1 - Análise das medidas de tendência central e dispersão

Ano	Estatística	ORÇ	RH	INFRA	EXE_ORÇ	Q_ATEND	EFIC
2019	Min	2,0	52,0	8,0	0,6	0,1	22,9
	Max	19,0	1238,0	85,0	3,0	1,8	100,0
	Média	10,6	444,7	25,2	1,0	0,3	45,4
	Mediana	10,5	362,5	20,5	0,9	0,2	40,1
	Desvio Padrão	5,0	284,7	17,7	0,4	0,4	20,1
	Coeficiente de Variação	47,4	64,0	70,4	44,4	127,4	44,2
2020	Min	5,0	83,0	8,0	0,6	0,0	27,9
	Max	25,0	1137,0	84,0	1,2	1,4	82,2
	Média	12,7	444,3	25,3	1,0	0,3	45,0
	Mediana	12,0	388,0	20,5	1,0	0,2	42,8
	Desvio Padrão	4,9	261,5	17,5	0,1	0,3	13,6
	Coeficiente de Variação	38,7	58,9	69,1	15,2	108,4	30,2
2021	Min	5,0	66,0	9,0	0,6	0,1	28,3
	Max	25,0	1164,0	85,0	1,2	1,7	73,7
	Média	12,7	440,2	25,5	1,0	0,4	46,0
	Mediana	12,0	382,0	21,0	1,0	0,2	44,2
	Desvio Padrão	4,9	259,0	17,5	0,1	0,4	12,0
	Coeficiente de Variação	38,7	58,8	68,7	15,2	105,5	26,0

2022	Min	3,0	65,0	9,0	0,5	0,1	26,0
	Max	20,0	1108,0	84,0	1,6	3,3	100,0
	Média	8,7	454,4	25,5	1,0	0,6	60,7
	Mediana	7,0	404,0	21,0	1,0	0,4	53,9
	Desvio Padrão	4,5	270,9	17,4	0,3	0,7	23,8
	Coefficiente de Variação	51,4	59,6	68,1	30,5	123,1	39,1

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Por meio desta presente estudo foi possível aferir o ranking da Eficiência dos gastos assistenciais das capitais brasileiras, por ano de 2019 a 2022, de acordo com a Tabela 2.

Tabela 2 - Ranking da Eficiência dos gastos assistenciais das capitais brasileiras, por ano de 2019 a 2022

No.	2019		2020		2021		2022	
	Capital	Escores	Capital	Escores	Capital	Escores	Capital	Escores
1	Macapá	100	Porto Velho	82	Rio de Janeiro	74	Boa Vista	100
2	Porto Velho	100	São Paulo	74	São Paulo	72	Macapá	100
3	São Paulo	70	Boa Vista	67	Boa Vista	62	Rio de Janeiro	100
4	Rio de Janeiro	67	Rio de Janeiro	61	Macapá	61	São Paulo	100
5	Boa Vista	57	Palmas	57	Palmas	59	Porto Velho	95
6	Palmas	54	Macapá	52	Fortaleza	57	Fortaleza	90
7	Porto Alegre	49	Fortaleza	49	Curitiba	54	Palmas	80
8	Recife	47	Curitiba	48	Florianópolis	48	Teresina	70
9	Manaus	47	Florianópolis	47	Porto Velho	47	Belém	63
10	Fortaleza	46	Porto Alegre	45	Teresina	47	Curitiba	63
11	Curitiba	46	Campo Grande	43	Porto Alegre	46	Goiânia	60
12	Florianópolis	43	Aracaju	43	Aracaju	45	Porto Alegre	59
13	São Luís	42	Teresina	43	Campo Grande	45	Aracaju	54
14	Belém	38	Belo Horizonte	43	Goiânia	43	Florianópolis	53
15	Rio Branco	37	João Pessoa	39	Belo Horizonte	42	Rio Branco	50
16	Teresina	36	São Luís	38	São Luís	41	Campo Grande	50
17	Belo Horizonte	35	Rio Branco	37	Natal	40	Manaus	50
18	Natal	34	Belém	37	Rio Branco	40	Recife	50
19	Cuiabá	32	Natal	37	João Pessoa	39	Natal	48
20	Aracaju	32	Goiânia	36	Belém	38	São Luís	40
21	Salvador	31	Vitória	35	Recife	36	Maceió	38
22	Maceió	31	Recife	34	Maceió	35	Belo Horizonte	37
23	Campo Grande	30	Maceió	33	Vitória	35	João Pessoa	37
24	João Pessoa	26	Salvador	31	Cuiabá	31	Cuiabá	35
25	Goiânia	26	Cuiabá	31	Salvador	31	Vitória	32
26	Vitória	23	Manaus	28	Manaus	28	Salvador	26
	Média	45		45		46		61

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Destarte, observou-se que os fatores com maior potencial de melhoria da análise envoltória foram o percentual de execução dos recursos orçamentários disponíveis e a quantidade de atendimentos per capita, cujos ajustes sugeridos pela DEA importaram em 36,56% e 36,06%, respectivamente, para que alcançasse a fronteira de eficiência. Isto posto, as capitais não eficientes, mostradas na Tabela 3.

Tabela 3 - Potencial de melhoria dos fatores da DEA

Input/Output	Descrição	%	Melhoria
I1	Orçamento <i>per capita</i>	17,21%	Diminuir
I2	Recursos Humanos	5,08%	Diminuir
I3	Infraestrutura	5,09%	Diminuir
O1	% Execução Orçamento	36,56%	Aumentar

O2	Quant. Atendimentos <i>per capita</i>	36,06%	Aumentar
Total		100,00%	

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Partindo do cálculo da eficiência, aliado aos testes de médias, a pesquisa, almejou apresentar os resultados para alcance do objetivo específico 1 (um). A Tabela 4 traz os resultados do teste *t de Student* realizados a partir dos escores de eficiência obtidos pela análise envoltória de dados, para os seguintes intervalos: pré-pandemia (2019) vs. os demais períodos do estudo; pandemia (2021 e 2022) vs. os demais períodos do estudo; e pós-pandemia (2022) vs. os demais períodos do estudo.

Tabela 4 - Teste de média das eficiências por período

Período	N	Média	Desvio Padrão	Teste <i>t de Student</i>	P-valor
Pré-Pandêmico	26	45,39	20,07	1,47	0,228
Pandêmico	52	44,98	13,57	1,80	0,183
Pós-Pandêmico	26	60,74	23,76	14,31***	0,000
Total	104				

Nota: (*) significância de 10%, (**) significância de 5% e (***) significância a 1%

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

De forma a garantir o alcance do objetivo específico 2, assim como uma maior confiabilidade dos resultados demonstrados na Tabela 5.

Tabela 5 - Teste de média por região geográfica

Região	N	Média	Desvio Padrão	Teste <i>t de Student</i>	P-valor
Centro-Oeste	12	38,511	10,102	- 1,652	0,102
Nordeste	36	41,558	12,202	- 1,496	0,138
Norte	28	59,508	22,879	1,558	0,123
Sudeste	16	56,126	24,307	0,896	0,372
Sul	12	50,198	5,902	0,861	0,324
Total	104				

Nota: (*) significância de 10%, (**) significância de 5% e (***) significância a 1%
Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Os resultados das regressões do modelo econométrico proposto, com os resultados da análise estatística para três variáveis: IDH-M, no período contemplado de 2019 a 2021, assim como os indicadores TMI, IDCRAS e IDCREAS, no período contemplado de 2019 a 2022, apresentados na Tabela 6.

Tabela 6 - Regressões do modelo econométrico proposto

	IDH-M	TMI	IDCRAS	IDCREAS
P-valor (Teste-F)	0,232	0,000***	0,028*	0,065
R	0,118	0,910	0,215	0,181
R ²	0,014	0,837	0,046	0,033

Durbin-Watson	2,172	1,490	1,751	1,910
Beta	0,118	-0,910***	-0,215*	-0,181

Nota: (*) significância de 10%, (**) significância de 5% e (***) significância a 1%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Analisados os resultados dos testes de média e dos modelos de regressão realizados para o alcance dos objetivos deste trabalho, foi elaborado o 1, o qual traz cada uma das hipóteses testadas, o resultado esperado e encontrado, com o resultado do teste da hipótese.

Quadro 1 - Resultado dos testes das hipóteses da pesquisa

Objetivos	Descrição das hipóteses testadas	Resultado esperado	Resultado encontrado	Resultado da hipótese
Geral	H0A1: A eficiência dos gastos com assistência social das capitais brasileiras tem influência positiva no IDH-M;	Influência positiva	Sem influência	Rejeitada
	H0A2: A eficiência dos gastos com assistência social das capitais brasileiras tem influência negativa na Taxa de Mortalidade Infantil (TMI);	Influência negativa		Não rejeita e $R^2 = 83,7\%$
	H0A3: A eficiência dos gastos com assistência social das capitais brasileiras tem influência positiva no IDCRAS;	Influência positiva	Influência negativa	Rejeitada, mas $R^2 = 4,6\%$
	H0A4: A eficiência dos gastos com assistência social das capitais brasileiras tem influência positiva no IDCREAS;	Influência positiva	Influência negativa	Rejeitada, mas $R^2 = 3,3\%$
	H0B: O volume de habitantes das capitais brasileiras tem influência positiva na eficiência dos gastos assistenciais do FNAS nos municípios.	Influência positiva	Influência positiva	Não rejeita $R^2 = 28\%$
Específico 1	H1A, as médias de eficiência dos gastos assistenciais das capitais brasileiras durante a pandemia são estatisticamente diferentes das médias de eficiência dos gastos assistenciais do período pré-pandemia	Médias diferentes	Médias iguais	Rejeitada
	H1B, as médias de eficiência dos gastos assistenciais das capitais brasileiras durante a pandemia são estatisticamente diferentes às médias de eficiência dos gastos assistenciais do período pós-pandemia	Médias diferentes	Médias diferentes	Não rejeita
Específico 2	H2A: A média de eficiência dos gastos assistenciais das capitais brasileiras da região Norte é estatisticamente diferente das médias de eficiência dos gastos assistenciais das demais regiões brasileiras	Médias estatisticamente iguais	Médias diferentes	Rejeitada
	H2B: A média de eficiência dos gastos assistenciais das capitais brasileiras da região Nordeste é estatisticamente diferente das médias de eficiência dos gastos assistenciais das demais regiões brasileiras	Médias estatisticamente iguais	Médias diferentes	Rejeitada

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

3. CONCLUSÃO

O primeiro objetivo específico consistiu em analisar a eficiência dos gastos referentes aos recursos provenientes do FNAS das capitais brasileiras nos períodos pré, durante e após a pandemia, e foi alcançado por meio do teste de média. Os resultados apontaram que a média de eficiência do período pandêmico só foi estatisticamente diferente do período pos-pandemia, ano em que a média dos recursos disponíveis caiu consideravelmente enquanto a média da quantidade de atendimentos foi o triplo da média dos anos de 2019 (pre-pandemia) e de 2020 (primeiro ano da pandemia).

O segundo objetivo específico consistiu em analisar a eficiência relativa dos gastos referentes aos recursos provenientes do FNAS das capitais brasileiras, por região geográfica e tendo sido alcançado por meio dos testes de média que compararam preliminarmente a média de todas as regiões juntas. Em seguida, comparou-se a média da região Norte com as das demais Regiões, assim como a média da região Nordeste com as médias de eficiência das outras quatro regiões brasileiras.

Os resultados apontaram que a região Norte apresentou uma maior média de eficiência no período, e isso se atribuiu ao fato de que a crise migratória dos venezuelanos, com elevados pedidos de refúgios em 2019 e 2020, contribuiu para que esses estrangeiros que adentraram ao país principalmente pela região Norte, demandassem atendimentos extras, sobretudo por parte do SUS e do SUAS, ocasionando uma sobrecarga nos Sistemas públicos especialmente dos municípios do norte brasileiro.

O objetivo geral, que consistiu em analisar as relações entre a eficiência relativa dos gastos referentes aos recursos provenientes do FNAS e os indicadores sociais das capitais brasileiras, foi alcançado por meio da realização de testes de regressão. Foi investigado se a eficiência relativa dos gastos assistenciais das capitais brasileiras explicaria as seguintes variáveis: Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDH-M), Taxa de Mortalidade Infantil (TMI), Índice de Desenvolvimento dos CRAS (IDCRAS) e Índice de Desenvolvimento dos CREAS (IDCREAS). Os resultados apontaram para inexistência de relação causa e efeito entre a eficiência e o IDH-M, possivelmente explicada pelo fato desse indicador, no momento da presente pesquisa, não estarem adequadamente atualizados.

Por outro lado, foi esperada uma influência negativa entre a eficiência dos gastos assistenciais e a TMI. Essa influência inversa foi confirmada pelo modelo de regressão testado, e este resultado corrobora a efetividade dos serviços de assistência para a redução da mortalidade infantil nas capitais brasileiras; ou seja, quanto mais se alcança a eficiência na Assistência, menores serão as Taxa de Mortalidade Infantil da população.

Como sugestão prática, tendo em vista o achado mencionado, sugere-se que iniciativas no âmbito da Assistência social que trabalhem o desenvolvimento integral infantil sejam amplamente difundidas e potencializadas, como a exemplo, o Programa Criança Feliz no âmbito do SUAS. Recomenda-se ainda que mudanças em curso no referido Programa sejam meticulosamente avaliadas, com vistas a não haver retrocessos ou perdas de resultados já atingidos.

No que diz respeito à influência da eficiência nos indicadores de IDCRAS e IDCREAS, embora tenha sido esperada uma influência positiva, foi encontrada uma influência negativa entre a eficiência e estas duas variáveis. Os resultados sugerem que isso pode ser explicado por fatores externos, não contemplados no modelo proposto deste estudo, uma vez que os gastos assistenciais das capitais contemplam repasses dos estados e recursos do tesouro dos próprios municípios. Ademais, enquanto o desenvolvimento dos CRAS e CREAS aparentemente se apresenta em ascensão, indicando um aumento em sua infraestrutura e potencial alcance, os indicadores de eficiência associados a essas unidades apontam para uma realidade contrastante.

A análise revela que não é somente o desenvolvimento físico das estruturas de assistência social, mas também a qualidade e eficiência dos serviços prestados por elas. Enquanto o aumento nos Índices pode indicar melhorias tangíveis nas instalações, é preciso garantir que essas melhorias se traduzam em resultados positivos para a sociedade.

Por fim, foi testado ainda se a quantidade da população das capitais influencia a eficiência dos gastos assistenciais das capitais brasileiras. Os resultados apontaram para uma influência positiva, embora isso só possa ser verificado em São Paulo devido a seu elevado quantitativo populacional.

Isto posto, em sede resposta à questão de pesquisa, os resultados do presente estudo indicam que existe relação de causa e consequência entre a eficiência dos gastos assistenciais

das capitais brasileiras, com as TMI e com o IDCRAS e IDCREAS, assim como também existe uma relação de causa e consequência entre a população das capitais e o resultado de eficiência – embora esse resultado, de acordo com modelo de regressão testado, aponte impacto em uma capital da amostra, sendo ela bastante representativa do ponto de vista populacional.

Os resultados deste estudo contribuem para a otimização da gestão pública e tem potencial para aprimorar a governança pública, uma vez que aumentar a efetividade das políticas públicas de assistência social contribui para a efetividade da justiça social, que é uma das dimensões da responsabilidade social na governança pública.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, B. H. S.; SERRANO, A. L. M.; BASTOS, R. F. S.; FRANCO, V. R. Eficiência do Gasto Público no Âmbito da Saúde: uma análise do desempenho das capitais brasileiras. **Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD**, [S. l.], v. 38, n. 132, p. 163–179, 2017.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Situation response for venezuelans**. Copenhagen, ACNUR: 2020. Disponível em: <https://data2.unhcr.org/en/situations/platform>. Acesso em: mai. 2024

ALVES FERREIRA, N.; JORGE NETO, P. M. Análise da eficiência dos gastos públicos em assistência social no Brasil durante o período de 2012 a 2019. **Cadernos de finanças públicas**, Brasília, v. 21, n. 03, 22 mar. 2022.

ALVES, C. F.; SEABRA, F. An application of the idea model in the assessment of container terminals efficiency with an intangible input. **Pesquisa Operacional**, Rio de Janeiro, v. 41, 2021.

AMARAL, K. K.; THEÓPHILO, C. R.; DE MACEDO, R. M.; COURA, K. V.; SILVA, J. M. C.; DOS SANTOS, O. C. D.; DOS SANTOS JÚNIOR, I. M. Eficiência dos gastos públicos em assistência social: um estudo dos municípios do estado de Minas Gerais com emprego da análise envoltória de dados (DEA). **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 5460–5487, 2023.

ARAÚJO, N. L. M.; FREIRE, F. S.; ROSANO-PEÑA, C.; CARVALHO, J. B. C.; ABREU, A. R. Mensuração da Eficiência na Gestão Pública Portuguesa: Uma Aplicação da Análise Envoltória de Dados. **Espacios**, Caracas, v. 37, p. 8, 2016.

ATLAS BRASIL. (2024). Disponível em: <https://onedrive.live.com/view.aspx?resid=124653557C0404EC%21467087&authkey=!ALwS5zd8oRyLZyo> Acesso em: 15 mar. 2024.

AVELLAR, J. V. G.; MILIONI, A. Z.; RABELLO, T. N. Modelos DEA com variáveis limitadas ou soma constante. **Pesquisa Operacional**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 135-150, 2005.

BARRA, S. L. M. **Eficiência relativa no gasto público com assistência social na microrregião de Varginha-MG**. 2017. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal de Alfenas, campus Varginha. Minas Gerais, p. 61. 2017.

BOHN, L.; DALBERTO, C. R.; ERVILHA, G. T. Desenvolvimento municipal e eficiência dos gastos públicos em Minas Gerais: uma análise do IDHM. **Revista De Desenvolvimento E Políticas Públicas**, Brasília, v. 2, p. 118-139, 2018.

BEHRING, E. Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no brasil da redemocratização. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES/AS DE SERVIÇO SOCIAL*, XVI, Vitória, 2018. **Anais [...]** Em Tempos de Radicalização do Capital, Lutas, Resistências e Serviço Social. Brasília: ABEPSS, v. 1. p. 1-15. 2018.

BONAPACE DOS SANTOS LENCINA, D. A Assistência Social Como Política Pública. **RELAcult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [S. l.], v. 4, n. 4, 2018.

BORGES, E. F.; MATIAS-PEREIRA, J.; BORGES, G. M. C. Utilização da análise envoltória de dados para mensuração da eficiência municipal a partir da gestão das receitas próprias e das funções de governo. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 6, n.3, p. 19-38, set./dez., 2014

BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. B. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021

BOSCHETTI, I. Tensões e Possibilidades da Política de Assistência Social em contexto de crise do capital. **Argumentum**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 16–29, 2016.

BRAGA, J. C. et al. Gravidez na adolescência como ator e risco para pré-eclâmpsia. Revisão sistemática da literatura. **Revista Multidisciplinar da Saúde**, Itaperuna , v. 3, n. 2, p. 37-49, 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988, atualizada até a Emenda Constitucional nº 106, de 07 de maio de 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 11 maio 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 525, de 01 de julho de 1938. Institui o Conselho Nacional de Serviço Social e fixa as bases da organização do serviço social em todo o país. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 5 jul. 1938, p. 13384.

BRASIL. Decreto-Lei nº 593, de 27 de maio de 1969. Autoriza o Poder Executivo a instituir uma fundação destinada a prestar assistência à maternidade, à infância e à adolescência. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 28 maio 1969, p. 4521.

BRASIL. Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012. Regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social, instituído pela lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 ago. 2012, p. 5, col. 2.

BRASIL. Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020. Regulamenta a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, Edição Extra – G, 20 mar. 2020, p. 1.

BRASIL. Decreto nº 1.605, de 25 de agosto de 1995. Regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social, instituído pela Lei nº 8.742 de dezembro de 1993. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 28 ago. 1995, p. 13141.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 8 dez. 1993, p. 18769.

BRASIL. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. **Diário Oficial da União**, Brasília, Edição Extra, 31 mar. 2017, p. 1, col. 1.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 jul. 2017, p. 1, col. 1.

BRASIL. Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado (...) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, Edição Extra – B, 20 set. 2019, p. 1.

BRASIL. Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, 07 jul. 2011, p. 1, col. 1.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 23 mar. 1964, p. 2745.

BRASIL. Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 20 dez. 1974, p. 14765.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Portaria nº 2.362, de 20 de dezembro de 2019.** Estabelece procedimentos a serem adotados [...] à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.362-de-20-de-dezembro-de-2019-234966986> . Acesso em: 11 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Dados Vigilância Socioassistencial. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snas/vigilancia/index2.php> Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020.** Dispõe acerca do atendimento do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único, [...] Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional declarada pela Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Corona vírus (COVID-19). Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-369-de-29-de-abril-de-2020-254678622>. Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Portaria nº 378, de 07 de maio de 2020**. Dispõe sobre repasse de recurso extraordinário do financiamento federal do Sistema Único de Assistência Social para incremento temporário na execução de ações socioassistenciais nos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Corona vírus, COVID-19. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-378-de-7-de-maio-de-2020-255870366> . Acesso em: 11 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Portaria nº 6.013, de 1º de outubro de 1942**. Autoriza a instituição e o funcionamento da Legião Brasileira de Assistência (LBA).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Nota técnica nº 27/2015/DGSUAS/SNAS/MDS. Metodologia de cálculo relativa aos novos indicadores de desenvolvimento das unidades CRAS e CREAS – IDCRAS e DCREAS referentes ao ano de 2014. 2015. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/Vigil%C3%A2ncia%20Socioassistencial/NT%20IDCRAS%20e%20IDCREAS_final.pdf. Acesso em: 11 out. 2024.

CAROLO, D. T. N.; MILANI, M. L.; CARVALHO, K. V. Financiamento da Assistência Social: avanços e ameaças à política pública de inclusão social. **DRD - Desenvolvimento Regional em debate**, Ijuí , v. 12, p. 265-290, 2022.

CASTILHO, S. B.; DA SILVA MATTOS, V. G.; PEDROSA, L. G. B. Impactos físicos e emocionais da gestação na adolescência: uma revisão de literatura. **Revista Foco**, Teresina, v. 17, n. 5, p. e4934-e4934, 2024.

CASTRO, M. S. P. A. Política pública de assistência social e o estado brasileiro: assistencialismo, universalização ou focalização? **Natal: Edufrn**, Natal, p. 247, 2018.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). **Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004**. Aprova a Política Nacional de Assistência Social. Disponível em: <https://www.blogcnas.com/resolucoes-cnas-2005-2003>. Acesso em: 11 maio 2024.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). **Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005**. Aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social - NOB SUAS. 2005. Disponível em: <https://www.blogcnas.com/resolucoes-cnas-2005-2003>. Acesso em: 11 maio 2024.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). **Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006**. Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS. 2006. Disponível em: https://www.ciespi.org.br/media/files/fcea049a8ec4d511ecbe6e5141d3afd01c/f5dab3ae9c4d711ecbe6e5141d3afd01c/RES_269_DEZ_2006.pdf. Acesso em: 11 maio 2024.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). **Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -NOB/SUAS. 2012. Disponível em:

<https://www.sigas.pe.gov.br/files/10152015094600-norma.operacional.do.suas.nobsuas.2012.resolucao.cnas.no.33.de.12.de.dezembro.de.2012.pdf>. Acesso em: 11 maio 2024.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). Assistência Social como Política de Inclusão: uma Nova Agenda para a Cidadania - LOAS 10 anos. *In*: CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, IV, 2003. [**Anais...**] Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2003.

COLEGIADO NACIONAL DE GESTORES MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CONGEMAS). Posicionamento do CONGEMAS acerca da portaria nº 2.362 de 20 de dezembro de 2019 do ministério da cidadania. Disponível em: <http://congemas.org.br/Publicacao.aspx?id=112428> Acessado em: 07 de abril de 2023.

DA MATTA, I. B.; FERREIRA, M. A. M.; COTTA, R. M. M.; SIQUEIRA-BATISTA, R. Gestão da Saúde Pública: Análise Sobre os Fatores Condicionantes do Desenvolvimento Humano. **Revista de Gestão em Sistemas de Saúde**, São Paulo, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 15–28, 2016.

DA SILVA NETO, A. F.; GOMES DA SILVA, J. D.; DA SILVA, M. C. Análise da eficiência da gestão pública das capitais brasileiras. **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, Curitiba, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 85-100, 2017.

DA SILVA SALVADOR, E. Disputa do fundo público em tempos de pandemia no Brasil. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, [S. l.], v. 19, n. 2, p. e39326, 2020.

DALBERTO, C. R.; ERVILHA, G. T.; BOHN, L.; GOMES, A. P. Índice de Desenvolvimento Humano Eficiente: uma mensuração alternativa do bem-estar das nações. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 45, p. 337-363, 2015.

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 01-13, 2008.

DE ANDRADE, S. F. C.; DE PAULA, S. H. S.; GORDIANO, C. A. S. G.; ALENCAR, R. C. Eficiências do gasto público: uma análise da produção científica brasileira no período de 2013 a 2022. **Revista Controle**, Curitiba, v. 22, p. 263-291, 2023.

ELKINGTON, J. **Sustentabilidade, canibais com garfo e faca**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2012.

FAGNANI, E. Implosão das pontes para o desenvolvimento. **Texto para Discussão**, Campinas, v. 313, p. 1-22, 2017.

FAGNANI, E. O capital contra a cidadania. **Texto para Discussão**, Campinas, v. 314, p. 1-20, 2017.

FREITAS, R. M. Serviço Social, Política de Assistência Social e a pandemia da COVID-19. **Revista Libertas**, Ouro Preto, v. 21 n. 2 2021.

GOMES, G. G. P.; CHAGAS, M. J. R.; OLIVEIRA, A. R. V.; OLIVEIRA, L. S. D. Eficiência relativa das capitais brasileiras no enfrentamento à pandemia do covid-19. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CUSTOS, XVIII; CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, XXX; 2023, Natal. [Anais]... Instituição Organizadora, Natal, 2023.

GOMES, G. G. P.; ALENCAR, M. R. X.; MIRANDA, L. S.; CHAGAS, M. J. R.; MORAIS, H. A. R. Eficiência da Aplicação dos Gastos Públicos com Saúde no Combate a Pandemia: Uma Análise nas Unidades Federativas Brasileiras no Ano 2020. *In*: USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING, 22; CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 19; 2022, São Paulo. [Anais]... Instituição Organizadora, São Paulo, 2022.

GUJARATI, D.N., **Econometria Básica**. 5.ed, São Paulo, Markon Books, 2016.

HAIR, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E. **Análise de dados Multivariada**. 6. ed. Rio de Janeiro, Artmed, 2019.

IAMAMOTO, M. V. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social & Sociedade**, v. s/v, p. 13-38, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD Contínua 2019**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html> Acesso em: 18 out. 2020.

IZQUIERDO, A.; PESSINO, C.; VULETIN, G. **Mejor gasto para mejores vidas**. Como a América Latina e o Caribe podem fazer mais com menos. Washington, DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2018.

LUCENA, M. A.; BARBOSA, W. F.; SOUSA, E. P. Eficiência dos gastos públicos com segurança nos municípios baianos em 2018. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, Fortaleza, v. 18, p. 153-172, 2021.

MACÊDO, F. F. R. R.; KLOEPEL, N. R.; RODRIGUES JUNIOR, M. M. ; SCARPIN, J. E. Análise da eficiência dos recursos públicos direcionados à educação: estudo nos municípios do Estado do Paraná. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 7, p. 54-62, 2015.

MATIAS-PEREIRA, J. **Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais**. 5. ed. São Paulo: GEN-Atlas, 2018.

MATTEI, T. S.; BEZERRA, F. M. Eficiência dos gastos públicos com educação: evidências para o ensino fundamental de Santa Catarina. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, Ijuí, v. 8, n. 2, p. 27-46, 2018.

MARIANO, J. L.; MARTA, F.; Eficiência na redução da mortalidade infantil: uma análise para os municípios da região Nordeste. *In*: Encontro regional de economia [Internet], XXIII,

2018. [Anais...] Fortaleza: ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação, p. 1-17, 2018.

MAURIEL, A. P. O. Assistência e repressão: pilares no enfrentamento da “questão social” no capitalismo dependente brasileiro. **Revista Vértices**, [S. l.], v. 22, n. Especial, p. 706–726, 2020.

MONTE, M. M.; LEOPOLDINO, CLÁUDIO, B. Eficiência relativa da educação nos municípios cearenses. **Revista controle**, v. 18, p. 74-104, 2020.

MONTGOMERY, D. C; RUNGER, G. G. **Introduction to Linear Regression Analysis, Wiley Series in Probability and Statistics: Texts, References, and Pocketbooks Section**. six edn. New York: Wiley-Interscience, 2016.

NOVÁK, L.; NOVÁK, D. Estimation of coefficient of variation for structural analysis: The correlation interval approach. **Structural Safety**, Amsterdam, v. 92, p. 102-101, 2021.

OLIVEIRA, L. S. D.; ARAÚJO, A. A. As despesas públicas municipais como determinante no desenvolvimento humano. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 16, p. 87-104, jan./mar. 2019.

PAIVA, A. R.; LOBATO, L. V. C. Formulação da lei do sistema único de assistência social e a legitimação da política de assistência social. **Ciência Saúde Coletiva**, [periódico na internet], 2017.

PASSOS, L.; SANTOS, A. A.; SCARPARI, A. Financiamento da política de assistência social: avanços e perspectivas. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 91-109, jan./jun. 2019.

PEGORARO, D.; DA CASA, E.; ROSSATO, T.M. A eficiência no setor público: uma análise das publicações nacionais. *In*: Encontro brasileiro de administração pública, IX, 2022, São Paulo. [Anais...], São Paulo, 2022.

PELAEZ, E. J.; BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. S.; CISLAGHI, J. F.; BRAVO, M. I. S.; TEIXEIRA, S. O. AJUSTE FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL: retrocessos e desafios em tempos de ofensiva conservadora. **Revista de Políticas Públicas**, [S. l.], v. 24, p. 200-220, 2020.

PORTULHAK, H., RAFFAELLI, S. C. D.; SCARPIN, J. E. A Eficiência da Aplicação de Recursos Voltada à Saúde Pública nos Municípios Brasileiros. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 21, p. 21-39, 2018.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. *In*: BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Cap. 3, p. 76-97.

ROVER, S. SANTOS, R. R. Influência da governança pública na eficiência da alocação dos recursos públicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 53, p. 732-752, 2019.

SAAB, F.; DIAS, F. O.; LOPES, A. V.; RAMALHO, P. I. S. Políticas públicas e desenvolvimento humano: fatores que impactam o IDH em municípios brasileiros. **RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 209–230, 2021

SIQUEIRA, F. G. V.; DA CRUZ, J. L. V. Dinâmica inter-regional no território da indústria extrativa petrolífera do Estado do Rio: uma aproximação quantitativa. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, Campos dos Goytacazes, v. 4, n. 01, p. 93-107, 2015.

SANTOS, S. P. dos; CROZATTI, J. Eficiência dos gastos públicos com atenção básica à saúde: análise dos municípios de São Paulo. **Revista Ambiente Contábil** - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 239–263, 2023.

SILVA, F. F.; GOMES, A. M.; BARBOSA, A.; LUCENA, W. G. L. Eficiência do gasto público em ações e serviços de saúde nas capitais brasileiras. **Enfoque Reflexão Contábil**, Maringá, v. 41, n. 3, p. 176-192, 2022.

SILVA, C. R. M.; FARIAS, I. F.; MARQUES, D. S.; FREIRE, M. M., A.; GUIMARÃES, D. B. A Influência dos Gastos Públicos sobre a Eficiência na Utilização das Receitas nas Unidades da Federação Brasileira. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, jan./abr., 2019

SILVA, M. M. Assistência Social no ajuste fiscal: pandemia e gestão da força de trabalho **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 26, núm. 1, janeiro-abril, pp. 139-148, 2023.

SILVA, S. P. ; CROZATTI, JAIME . Eficiência dos gastos públicos com atenção básica à saúde: análise dos municípios de São Paulo. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 15, p. 1-25, 2023.

SPOSATI, A. Descaminhos Da Seguridade Social e Desproteção Social No Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, 2018.

SPOSATI, A.; ARAÚJO, E. T.; BOULLOSA, R. F. Assistência Social e Desenvolvimento Social: regressão de direitos socioassistenciais?. **Revista Vértices**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. e25220624, 2023.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU**. Edição 3 - Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado – SecexAdministração, 2020. Disponível em: file:///C:/Users/igorb/Downloads/RBGO_digital.-1pdf.pdf . Acesso em: 20 de outubro de 2023.

VALÉRIO de O, A. R.; CAVALCANTE, M. S.; CARVALHO de V. A. Eficiência e Produtividade dos Gastos, Ações e Serviços de Saúde nos Municípios Mais Populosos do

Ceará no Contexto da EC 95/2016. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 14, n. 1, 2022.

ALFAYA, N. M. V. da S.; SOUZA, P. V. N. C. S. de. A crise migratória dos refugiados venezuelanos no brasil e a garantia dos direitos humanos: possibilidades criadas pelas novas tecnologias. *Confluências* | **Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, Niterói, v. 24, n. 2, p. 210-229, 1 ago. 2022.

VERONEZE, R. T. A Política de Assistência Social brasileira e a ameaça temerária aos direitos sociais / The Brazilian Social Assistance Policy and the reckless threat to social rights. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 345–359, 2017.